

UNIDADE DE PESQUISA PARTICIPATIVA

COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS
DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O MERCADO INSTITUCIONAL (PAA)

Fase I: Sensibilização, elaboração do projeto de venda,
contrato com a CONAB e introdução à agroecologia.

Maria Fernanda de Albuquerque Costa Fonseca¹; Claudemar Mattos²; Diogo Versari³;
Gisele Ribeiro Rocha da Silva⁴, Geraldo Luiz Monteiro⁵; Marcos Peruzzi⁶;
Norma Lúcia Vieira dos Santos⁷; Rosane Bendia Grazioli⁸; Cristianne Mendonça⁹;
Anny Paula Machado¹⁰; Luiz Antônio Antunes de Oliveira¹¹; Adriano Lopes¹²

INTRODUÇÃO

Na última década, algumas políticas públicas federais foram construídas para que os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais pudessem ter acesso aos mercados institucionais, aqui entendidos como as compras governamentais de produtos agrícolas. Nesse sentido, podem ser citadas a criação do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar), por meio da Lei nº 10.696 (BRASIL. Presidência da República, 2003), e a possibilidade de fornecimento para o PNAE (Programa Nacional da Alimentação Escolar), por meio da Lei nº 11.947 (BRASIL. Presidência da República, 2009). O PAA é operado pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), com recursos do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e o PNAE com recursos do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

O PAA, uma das ações do Programa Fome Zero, tem por objetivo garantir o acesso aos alimentos de qualidade e com a regularidade necessária às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, aliado às ações para geração de emprego e renda e para o fortalecimento da Agricultura Familiar. Tem por finalidade a aquisição da produção agrícola, sem licitação, diretamente dos agricultores familiares organizados em associações ou cooperativas, para a formação de estoques governamentais, para a doação a pessoas em situação de insegurança alimentar e para a complementação da alimentação escolar.

¹ Zootecnista, Ph.D., Pesquisadora da PESAGRO-RIO/Centro Estadual de Pesquisa em Horticultura/Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Participativa na região Serrana. ffonseca@webcorner.com.br

² Eng. Agrônomo, M.Sc., Consultor do Programa Rio Rural.

³ Eng. Agrônomo, B.Sc., Consultor do Programa Rio Rural.

⁴ Técnica Agrícola, Estagiária CIEE da PESAGRO-RIO/Centro Estadual de Pesquisa em Horticultura.

⁵ Técnico agrícola, Extensionista da EMATER-RIO/Escritório Local de Campos dos Goytacazes.

⁶ Assistente Social, Extensionista da EMATER-RIO/ Escritório Local de Macaé.

⁷ Assistente Social, Extensionista da EMATER-RIO/ Escritório Local de São José de Ubá.

⁸ Assistente Social, Extensionista da EMATER-RIO/ Escritório Local de Varre-Sai.

⁹ Assistente Social, Extensionista da EMATER-RIO/Gerente de Comercialização.

¹⁰ Graduanda em Licenciatura em Geografia, Bolsista IC FAPERJ/PESAGRO-RIO/Centro Estadual de Pesquisa em Horticultura.

¹¹ Eng. Agrônomo, M.Sc., Pesquisador da PESAGRO-RIO/Sede/Coordenador do Núcleo de Pesquisa Participativa.

¹² Eng. Agrônomo, Extensionista da EMATER-RIO, Assessor da SDS/SEAPEC.

O artigo 19º da Lei nº 10.696, que criou o PAA, é regulamentado pelo Decreto nº 6.447 (BRASIL. Presidência da República, 2008), que, no art. 1º, cria o Grupo Gestor do PAA, ao qual compete definir as modalidades de aquisição dos produtos agropecuários. Atualmente, o valor é de R\$ 4.500,00/AF/modalidade do PAA/ano. O Decreto nº 6.447, no art. 5º, § 4º, trata do uso dos recursos do PNAE para o PAA. No caso da alimentação escolar, o valor máximo é de R\$ 9.000,00/AF/ano (BRASIL. MEC, 2009), podendo o agricultor familiar ou o empreendedor familiar rural vender para os dois programas e acessar o total de, pelo menos, R\$ 13.500,00/AF/ano, podendo chegar a mais de R\$ 20 mil/ano, caso acesse mais de uma modalidade.

Desde a sua criação, o PAA teve evolução dos recursos contratados, chegando em 2010 a cerca de R\$ 380 milhões, envolvendo 94.398 participantes fornecedores, que entregam o volume de 225.895 toneladas de produtos. No Rio de Janeiro, o acesso ao PAA foi iniciado em 2006, com 3 organizações (FONSECA, 2009^a, baseada em CONAB, 2006) e, em 2010, envolveu 812 fornecedores em 13 municípios¹³. No Estado do Rio de Janeiro, a maior parte dos contratos firmados em 2010 com a CONAB foi na modalidade compra direta, com doação simultânea à população em situação de insegurança alimentar (90% dos recursos), seguida por pequenos volumes para a compra direta local da Agricultura Familiar e pela formação de estoques (CONAB, 2011).

JUSTIFICATIVAS

Os mercados institucionais são aqueles constituídos pelas relações sociais envolvidas nas compras governamentais destinadas ao atendimento alimentar das populações que utilizam serviços públicos federais, estaduais e municipais, e privados de caráter filantrópico.

A partir da constatação da reduzida participação do Rio de Janeiro no PAA em relação a outros estados do Brasil (COMPANHIA NACIONAL..., 2006) e do reduzido número de experiências de fornecimento direto para o PAA e para a alimentação escolar no Estado do Rio de Janeiro de produtos orgânicos ou convencionais, o projeto de Unidade de Pesquisa Participativa (FONSECA, 2009) se baseia em duas hipóteses:

1. os mercados institucionais não constituem canal de comercialização importante para os agricultores familiares do Estado do Rio de Janeiro;
2. existem condições necessárias (recursos disponíveis, mais de 8 mil e 500 agricultores familiares com DAP¹⁴ em julho de 2009, associações/cooperativas formalmente constituídas, organizações em situação de insegurança alimentar, venda para merenda escolar - estadual pela descentralização das compras, diversidade de produção face a condições climáticas diversas) para que esses mercados sejam acessados.

Há, no entanto, entraves, como: a) dificuldade na obtenção de DAP¹⁵; b) legalização de grupos (burocracia); c) pouco associativismo de fato; d) tendência à terceirização na compra da alimentação pelo Executivo; e) ausência de legislação que favoreça a isenção de impostos e contribua para a fiscalização educadora na agroindustrialização de frutas, legumes e verduras de pequenos empreendimentos, no âmbito estadual, f) aversão dos pequenos produtores rurais aos riscos de comercializar com o governo e não receber, entre outros, mas há, também, vontade política para superá-los. Isso é verdade, tendo em vista as inúmeras oportunidades de acesso ao PAA aproveitadas pelas associações/cooperativas de Minas Gerais e dos estados do Sul, por exemplo.

¹³ Campos dos Goytacazes, Trajano de Moraes, Itaperuna, Sumidouro, Conceição de Macabu, Rio de Janeiro, Nova Friburgo, Itaúva, Cardoso Moreira, Natividade, Petrópolis, Porciúncula e Varre-Sai.

¹⁴ Declaração de Aptidão ao PRONAF, documento que identifica o agricultor familiar perante o governo federal para que acesse políticas públicas específicas.

¹⁵ Dificuldades para obtenção da DAP: ausência de certidão da terra, área urbana, renda não agrícola, entre outras.

Com recursos da FAPERJ, desde 2007, a PESAGRO-RIO (Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro), em parceria com a EMATER-RIO (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), Embrapa Agrobiologia, UFRuralRJ/CPDA, ABIO (Associação dos Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro) e MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária, Abastecimento)/SUREG-RJ/CPORG-RJ (Comissão da Produção Orgânica do Rio de Janeiro), vem trabalhando para a solução dos gargalos identificados para o acesso dos agricultores familiares organizados aos mercados institucionais com a oferta de alimentos orgânicos (FONSECA, 2007, 2008).

Em 2008, foi realizado seminário de avaliação do PAA em parceria com a CONAB/SUREG-RJ, organização executora do PAA, para analisar e identificar os gargalos para a implantação do programa no Estado do Rio de Janeiro (FONSECA, 2009a). A venda direta (feiras, PAA, PNAE, cestas em domicílio, no estabelecimento rural) tem sido fomentada como resultado obtido em pesquisa no mercado de produtos orgânicos no Rio de Janeiro, que mostrou a tendência de trabalhar com esses canais de comercialização como forma de viabilizar a atividade.

O Projeto “Gerenciamento Integrado de Agroecossistemas em Microbacias Hidrográficas no Norte e Noroeste Fluminense”, Programa Rio Rural/GEF, é coordenado pela Superintendência de Desenvolvimento Sustentável, da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária e executado por suas empresas vinculadas, PESAGRO-RIO e EMATER-RIO. Envolve parcerias com municipalidades, organizações públicas e da sociedade civil, que possibilitam potencializar os recursos, além da captação de outros recursos financeiros em editais públicos.

O Programa Rio Rural tem como objetivo geral promover a autogestão sustentável dos recursos naturais pelas comunidades, por meio da adoção de manejo integrado de ecossistema, utilizando a Microbacia Hidrográfica como unidade de planejamento. A PESAGRO-RIO é responsável pelo apoio à adaptação de práticas alternativas de sustentabilidade através do subcomponente 2.2. Estudos e Pesquisas Participativas, cujas demandas são oriundas da própria comunidade, em processo de construção participativa, durante a elaboração dos Planos Executivos da Microbacia – PEM (RIO DE JANEIRO, 2008).

Em agosto de 2009, EMATER e PESAGRO articularam com a CONAB/SUREG-RJ, que ofereceu aos técnicos executores do Programa Rio Rural e a técnicos da UNACOOOP (União das Associações e Cooperativas do Pavilhão 30), curso para operação do PAANET, formulário eletrônico de acesso ao PAA.

Nos municípios de Macaé, Campos dos Goytacazes, São José de Ubá e Varre-Sai, de acordo com os respectivos PEM, houve interesse das comunidades pelo incentivo à comercialização e à busca de alternativas para o comércio de produtos da agricultura familiar. Os técnicos dos escritórios locais da EMATER identificaram grupos de interesse no PAA nas seguintes microbacias: a) Santa Maria do Cambiocó, no município de São José de Ubá; b) Ribeirão Varre-Sai, no município de Varre-Sai, ambas na região Noroeste do estado; c) Rio Ururay, Assentamento Antônio de Farias, no município de Campos dos Goytacazes; no Projeto de Assentamento Prefeito Celso Daniel, no município de Macaé, ambos na região Norte do estado.

Frente a essa demanda, em 2009, a PESAGRO-RIO, em parceria com a EMATER e as associações de produtores, propôs a implantação de Unidades de Pesquisa Participativa sobre Comercialização de Alimentos Saudáveis para o Mercado Institucional, nas regiões Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro (FONSECA, 2009b). No âmbito do Programa Rio Rural, seriam projetos pioneiros para acesso das comunidades organizadas de agricultores familiares ao PAA do Governo Federal. Como a CONAB estabeleceu a data de 30 de setembro de 2009 para a entrega dos projetos de venda ao PAA pelas associações do Rio de Janeiro, não houve

tempo para a sensibilização dos agricultores interessados quanto à Unidade de Pesquisa Participativa, nem para obter a aprovação nos COGEMs (Comitês Gestores das Microbacias).

Devido ao pouco tempo durante o curso sobre acesso ao PAANET, a PESAGRO e a EMATER montaram estratégia de consulta aos Escritórios Locais para apurar as comunidades interessadas em comercializar com o PAA.

A PESAGRO, a EMATER e a Superintendência de Desenvolvimento Sustentável, em reunião posterior entre pesquisadores, extensionistas e consultores, decidiram que o estímulo ao acesso ao PAA nas comunidades indicadas pela EMATER seria o início da Unidade de Pesquisa Participativa, com a elaboração dos projetos de venda (Fase I), sendo que, após a assinatura dos contratos entre as associações/cooperativas e a CONAB, a PESAGRO daria início aos passos formais de implantação e acompanhamento (Fase II). Com os contratos assinados, a PESAGRO, com apoio de consultoria externa em agroecologia, prevista no Programa Rio Rural, se concentraria no acompanhamento técnico para a programação da produção e no manejo agroecológico das culturas, na qualidade dos produtos ofertados e na organização do grupo para treinamento dos jovens rurais das comunidades para operar o PAANET. A estratégia era que o comércio fosse viável economicamente como também respeitasse a cultura local e as peculiaridades, entendendo que suas necessidades deveriam buscar a conscientização ambiental e agroecológica. O resultado previsto seria não só o aumento da oferta de alimentos para o PAA, mas também a organização para a oferta à alimentação escolar de alimentos saudáveis, seguindo a Lei 11.947/2009.

OBJETIVOS

O objetivo geral da Unidade de Pesquisa Participativa de Comercialização (FONSECA, 2009b) é a qualificação de agricultores familiares que produzem de forma convencional, ou estão em transição agroecológica ou são produtores orgânicos cadastrados no MAPA, para acesso ao mercado institucional. A pesquisa participativa visa ao acesso dos agricultores ao PAA, modalidade cédula do produtor rural (CPR), com doação simultânea, operado pela CONAB, com a oferta de alimentos saudáveis.

A proposta tem como base a superação de entraves e a construção de boas perspectivas de inclusão de agricultores familiares (orgânicos ou não) a partir do intercâmbio de informações sobre produção em transição agroecológica e mercados de produtos orgânicos realizados pelos projetos “O mercado de produtos orgânicos no estado do Rio de Janeiro: uma análise a partir dos mercados institucionais e feiras”, financiado pela FAPERJ (FONSECA, 2007) e “O mercado institucional no estado do Rio de Janeiro – entraves e perspectivas para a inclusão dos agricultores orgânicos” (FONSECA, 2008).

As Unidades de Pesquisa Participativa visam contribuir para o desenvolvimento rural sustentável do espaço e para a saúde da população rural e urbana do Estado do Rio de Janeiro a partir do desenvolvimento local, do controle social e da segurança alimentar e nutricional.

A Unidade de Comercialização tem como objetivos específicos: a) identificar gargalos para a implantação das políticas públicas voltadas para a comercialização de alimentos da Agricultura Familiar; b) apontar as soluções encontradas; c) sugerir alternativas para os desafios apresentados aos diferentes atores envolvidos; e d) fornecer ferramentas para subsidiar as negociações relativas aos preços referência dos produtos da Agricultura Familiar (orgânicos ou em transição agroecológica).

METODOLOGIA

Os parceiros nessas Unidades de Pesquisa Participativa de Comercialização são membros de associações localizadas em microbacias trabalhadas pelo Programa Rio Rural, nos municípios localizados nas regiões Norte e Noroeste, com recursos do Banco Mundial/GEF e do Governo do Estado do Rio de Janeiro, além de recursos de outros projetos de pesquisa e desenvolvimento da PESAGRO-RIO (FONSECA, 2008; 2009c).

A Unidade visa contribuir para o acesso dos agricultores familiares aos mercados institucionais e à promoção de oficinas para qualificar a integração dos sistemas de produção convencionais ou em transição agroecológica nos diversos mercados institucionais de aquisição de alimentos. Das oficinas participam agricultores familiares organizados, membros das comunidades existentes nas microbacias, técnicos, extensionistas ou não, gestores de políticas públicas e alunos de colégios agrícolas prioritariamente das regiões Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro. A Unidade também fomenta a participação popular nas formulações de políticas públicas específicas para o tema Segurança Alimentar e Nutricional.

Na Fase I, a PESAGRO, em parceria com a EMATER, apoiou a elaboração de projetos de venda/fornecimento (planejamento da venda) de alimentos para o PAA (modalidade doação – recursos MDS). No segundo semestre de 2009, foi oferecido curso de introdução à agroecologia/agricultura orgânica nos municípios de Campos, Macaé e Varre-Sai, com recursos do Programa Mais Alimentos, tendo como público alvo técnicos e produtores envolvidos com o PAA.

Na Fase II, as Unidades de Pesquisa pretendem ter o acompanhamento técnico no planejamento da produção e na implantação da proposta de fornecimento de alimentos para o PAA. Outras atividades são a construção, coleta e avaliação participativa dos indicadores técnicos, ambientais, sociais e econômicos, importantes ferramentas de gestão para o desenvolvimento rural sustentável. Durante o acompanhamento, pretende-se introduzir práticas agroecológicas nos sistemas de produção no intuito de fomentar a transição para a agricultura orgânica, já que, para a alimentação escolar, menciona-se a preferência pelos alimentos orgânicos e pela produção local, e, no PAA, paga-se até 30% mais pelos produtos orgânicos controlados, em comparação com os produtos cultivados/criados da forma convencional, com o uso de insumos químicos sintéticos, por exemplo. Para tanto, será dada continuidade aos cursos teóricos e práticos, iniciados na Fase I, sobre agroecologia, normas e regulamentação da agricultura orgânica, manejo agroecológico de pragas e ecologia da paisagem.

Para a qualificação das Unidades de Pesquisa Participativa e montagem das oficinas, serão realizadas entrevistas com técnicos, análise de informações e documentos disponíveis nas páginas da internet de órgãos públicos (MDS, MDA, CONAB, FNDE) e entrevistas com técnicos da EMATER e outros agricultores familiares da região e do estado que entregam para o PAA para verificar entraves e oportunidades. Na Fase I, os dados e informações das comunidades que acessaram o PAA foram baseados nos relatórios técnicos (VERSARI, 2009; MATTOS, 2009) e resumo de atividades (FONSECA, 2009d), a partir das experiências incentivadas nas regiões Norte (municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé) e Noroeste (municípios de São José de Ubá e Varre-Sai) do Estado do Rio de Janeiro.

As Unidades de Pesquisa são desenvolvidas usando a metodologia de pesquisa-ação nos termos de Thiollant, em que grupos de agricultores familiares identificam a comercialização como gargalo não tecnológico para o desenvolvimento da atividade agrícola. Para a solução deste problema, são sensibilizados para o acesso ao PAA.

A documentação das organizações e dos agricultores familiares e empreendedores familiares rurais é a primeira fase do processo participativo de construção do projeto de venda para o PAA com apoio técnico do Programa Rio Rural. Na Fase I, durante as reuniões nas comunidades selecionadas nas microbacias, são definidos os participantes, os produtos e volumes a serem ofertados, o estabelecimento de preços de referência para negociação com a CONAB e a identificação e articulação com as beneficiárias. Após a assinatura dos contratos com a CONAB, na Fase II, a Unidade de Pesquisa sob a coordenação da PESAGRO, com apoio de consultoria para manejo agroecológico de pragas e do técnico do Escritório Local da EMATER, faz o planejamento da produção e realiza oficinas de manejo agroecológico das culturas/criações visando à transição agroecológica e à produção de alimentos saudáveis, oficinas para seleção, classificação e rotulagem dos alimentos com vistas ao controle de qualidade do que é entregue ao PAA e oficinas sobre regulamentação da agricultura orgânica.

Além disso, são fomentadas ações de Assistência Técnica e Extensão Rural para o acompanhamento do projeto de venda e visitas para troca de experiências e ações para estimular a incubagem dos grupos que fornecem ao PAA visando à profissionalização das organizações (treinamento dos jovens rurais, DAp jurídica) e à participação futura nas chamadas públicas para a oferta de gêneros alimentícios para a alimentação escolar com recursos FNDE.

RESULTADOS

Comunidades do Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro envolvidas no Programa Rio Rural demandaram políticas de incentivo à comercialização coletiva de produtos da agricultura familiar. O objetivo da Unidade de Pesquisa Participativa de comercialização para o PAA era tornar viável economicamente a comercialização na modalidade venda direta, respeitando a cultura, hábitos e peculiaridades locais, entendendo que suas necessidades atuais primam pela conscientização ambiental e agroecológica.

Foram elaborados 4 projetos de venda para o PAA na modalidade Doação Simultânea envolvendo 66 agricultores familiares e suas famílias, distribuídos em duas regiões do estado, sendo 2 projetos na região Norte (Campos dos Goytacazes e Macaé) e 2 na região Noroeste (São José do Ubá e Varre-Sai).

O Quadro 1 (Anexos) apresenta o resumo dos fornecedores nos quatro municípios cujos agricultores familiares e empreendedores familiares rurais organizados foram apoiados pelo Programa Rio Rural para acesso ao PAA na modalidade CPR – Doação, em 2009, além do volume ofertado e o preço negociado com a CONAB.

Observa-se que os contratos celebrados entre as associações/cooperativa e a CONAB/SUREG-RJ envolveram 56 agricultores familiares e suas famílias, distribuídos em duas regiões do estado, sendo 1 projeto na região Norte (Macaé) e 2 na região Noroeste (São José do Ubá e Varre-Sai). Dos 56 contratos assinados, 25% foram com mulheres. No total de contratos assinados, a média obtida foi de R\$ 3.064,28/família, quando o valor total por modalidade é de R\$ 4.500,00/família. Quanto ao volume de produtos, foi prevista a entrega de 171.499 kg e a renda total apurada foi de R\$ 171.599,95, o que representa preço médio de R\$ 1,0005/kg de alimento.

Nos 4 projetos de venda elaborados, foram ofertados 43 alimentos, sendo 40 in natura (93%). Não foi ofertada hortaliça tipo folha. A comunidade de Campos apresentou o projeto menos diversificado, oferecendo somente 2 espécies de frutas. Como produtos processados, foram ofertados doces de frutas e farinha de mandioca.

O Quadro 2 apresenta os beneficiários e os tipos de produtos que seriam ofertados nas propostas encaminhadas à CONAB para negociação, metas previstas na Unidade de Pesquisa Participativa.

Dos 4 projetos de venda elaborados, 3 contratos do PAA na modalidade CPR Doação Simultânea para entrega em 2010 foram assinados com a CONAB/SUREG-RJ. Os agricultores familiares de Campos, apesar de terem projeto aprovado pela CONAB, não apresentaram toda a documentação, não abrindo conta no Banco do Brasil e não assinando o contrato.

Os projetos de venda dos 3 contratos assinados com a CONAB previam a entrega de 39 itens, sendo 36 produtos in natura e 0 processados, na maioria das vezes entregues quinzenalmente, mas alguns também semanalmente e mensalmente. O período de duração do fornecimento variou de 2 dias a 360 dias.

A estratégia de Macaé foi de alto risco, pois se comprometeram com produção diversificada, que exige práticas que usam grandes quantidades de insumos (adubos, corretivos, sementes e mudas) e uso de tecnologia a tempo (irrigação, curva nível, recomposição área degradada). Além disso, eram agricultores que acabavam de sair da condição de acampados da reforma agrária. Em Ubá, com a tradição de produção de olerícolas tipo fruto (tomate, pimentão, berinjela), o risco de ocorrerem problemas na entrega dos produtos era menor, embora o gargalo da água tenha sido identificado. Já a estratégia de Varre-Sai foi aproveitar a diversidade da produção local, incluindo os alimentos processados, o que eleva o preço final do produto comercializado com a CONAB. A estratégia adotada pelos agricultores de Campos foi conservadora: iniciar com calma e ofertar produtos que tivessem sobra, de fácil condução da lavoura e que não fossem muito usados para a industrialização e venda direta no mercado local.

O Quadro 3 dá uma visão mais detalhada dos projetos de venda elaborados por município, incluindo os beneficiários e os prazos de entrega.

Os produtos previstos nos projetos de venda são típicos de produção nos municípios (mesmo que não o sejam na microbacia trabalhada) quando comparados com os dados da EMATER sobre produção de frutas, legumes e verduras no Rio de Janeiro (EMATER, 2010), sendo que as maiores quantidades ofertadas previstas foram: Campos – laranja Lima e Bahia; Macaé - banana, quiabo, aipim e milho verde; São José de Ubá - abóbora, aipim, cenoura, tomate, pimentão e pepino; Varre-Sai – banana d'água, abóbora, aipim, repolho e feijão preto.

Com relação aos beneficiários, estavam previstas entregas a 13 organizações em situação de insegurança alimentar, mas, após a saída do município de Campos, os alimentos serão doados a 12 organizações. Essas organizações escolhidas envolvem pessoas em situação de insegurança alimentar de todas as faixas etárias, podendo atender a 57 mil pessoas. Em Campos, a entrega seria num único local, enquanto em Macaé e Ubá, aumenta o número de beneficiários e dificulta a logística de entrega. Em Macaé, estava se pleiteando o apoio municipal para viabilizar as entregas (obrigações dos agricultores familiares no contrato).

As informações sobre o volume ofertado de cada tipo de alimento, por comunidade, são apresentadas no Quadro 4, úteis para se ter a idéia do que é produzido na região e do que pode ser ofertado para a alimentação escolar nos municípios e na região.

Os preços médios pagos pela CONAB pelos alimentos ofertados para o PAA – CPR Doação pelos agricultores familiares organizados são apresentados no Quadro 5.

Os preços pagos pela CONAB para os mesmos produtos in natura, com igual classificação, foram iguais, independente do fornecedor e da região. A exceção foi o feijão preto que, em Macaé, tem valor menor do que o proposto por Varre-Sai. Destaca-se a pouca classificação dos produtos. O preço da banana, que não tem classificação, pode variar de R\$ 0,85/kg a 0,95/kg. Em Ubá, com maior tradição na produção de olerícolas, os agricultores

familiares arriscam classificar, por exemplo, o tomate. O valor agregado aos produtos processados mostra as oportunidades desses produtos para as compras governamentais, pois podem ser estocados. Em Varre-Sai os maiores preços foram para os produtos processados. Observa-se que os produtos processados (doce de goiaba, de frutas, farinha de mandioca) fizeram os preços médios subirem no projeto de venda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento descreve e analisa a Fase I da Unidade de Pesquisa Participativa de Comercialização – PAA, concluída com sucesso em dezembro de 2009, pois cumpriu as metas previstas. O trabalho de sensibilização nas comunidades do Programa Rio Rural teve início em outubro-novembro de 2009 e constou da motivação dos agricultores familiares e da construção participativa do projeto de venda de alimentos para entrega ao PAA, e da inserção desses agricultores no PAANET (aplicativo informacional específico para o requerimento, ajuste e monitoramento dos projetos a serem submetidos à CONAB).

Em fins de 2009, foi promovido curso pela PESAGRO-RIO e Embrapa Agrobiologia, em parceria com a EMATER e as associações locais de produtores, com recursos do Programa Mais Alimentos do Governo Federal. O curso, de Introdução à Agricultura Orgânica, foi ministrado em 3 comunidades que acessaram o PAA (Campos, Macaé e Varre-Sai) com vistas a favorecer a transição agroecológica dos sistemas de produção e de comercialização.

Da proposta inicial da Unidade de Pesquisa Participativa (FONSECA, 2009b) para a Fase I, deixou-se de apresentar aos COGEMs a proposta final do contrato com a CONAB para o PAA e a proposta de UPP de Comercialização. A realização Fase I e os resultados obtidos se tornaram possíveis graças aos recursos de apoio técnico de outras fontes, como FAPERJ e CNPq (FONSECA, 2009a; 2009c) e aos parceiros locais (Escritórios Locais da EMATER e associações).

Para o grupo de atores trabalhados pelo Programa Rio Rural, houve 75% de sucesso na iniciativa de acesso dos agricultores familiares ao PAA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho deliberativo. Resolução n. 38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF 16 jul. 2009a. Seção 1. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/sitio/interna.php?area=5&menu=1112&refr=608>>. Acesso em: 18 ago. 2009.

_____. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Brasília: FNDE, 2009c. 2p. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>>. Acesso em: 02. set. 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, XX jun. 1993.

_____. Lei n. 10.696, de 02 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 03 jul. 2003a. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.696.htm>. Acesso em: 28 ago. 2010

_____. Decreto n. 6.447, de 07 de maio de 2008. Regulamenta o art. 19 da Lei 10.696, de 02 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 08 mai. 2008. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6447.htm>. Acesso em: 28 ago. 2010.

_____. Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, altera a Lei nº 10.880 de 09 de junho de 2004, e dá outras providências; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 17 jun. 2009b. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>. Acesso em: 30 jun. 2009.

CENSO AGROPECUÁRIO 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (Brasil). Oficina de documentação participativa do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA: região sudeste. In: Relatório-síntese. Iperó, São Paulo, jun. 2006. Brasília: CONAB, 2006. 41p. Disponível em: < <http://www.conab.br> >. Acesso em: abril de 2009

_____. Programa de Aquisição de Alimentos: fornecimento de orgânicos em 2009. Brasília: CONAB, 2009.

_____. Programa de Aquisição de Alimentos: projetos homologados em 2009 no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CONAB/SUREG-RJ, 2010. 01p.

_____. Programa de Aquisição de Alimentos: projetos homologados em 2010 no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CONAB/SUREG-RJ, 2011. 02p.

FONSECA, M. F. de A.C.. O mercado de produtos orgânicos no Estado do Rio de Janeiro: uma análise a partir dos mercados institucionais e feiras. Niterói: PESAGRO-RIO, 2007. 20p. Projeto FAPERJ E-26/110.670/2007. Concluído.

FONSECA, M. F. de A. C. O mercado institucional no estado do Rio de Janeiro: entraves e perspectivas dos agricultores orgânicos. Niterói: PESAGRO, 2008. 12p. Projeto FAPERJ E-26/112.198/2008. Concluído.

FONSECA, M. F. de A.C.. O mercado de produtos orgânicos no Estado do Rio de Janeiro: uma análise a partir dos mercados institucionais, feiras e distribuidoras. Relatório final do projeto FAPERJ E -26 / 110.670 / 2007. Niterói: PESAGRO, 2009a. 30p.

FONSECA, M.F. de A.C. Unidade de Pesquisa Participativa: UPP Rural - Comercialização de alimentos saudáveis da agricultura familiar para o mercado institucional: PAA. Nova Friburgo: PESAGRO/CEPH, 2009b. 12p. Projeto de pesquisa.

FONSECA, M.F. de A.C. Segurança alimentar, práticas agroecológicas a alimentos saudáveis na incubagem de empreendimentos rurais da agricultura familiar nos territórios da cidadania Fluminense. Niterói: PESAGRO, 2009c. 20p. Projeto CNPq edital 033/2009 aprovado (Processo n.558488-2009-09). Em andamento.

FONSECA, M.F. de A.C. Relatório síntese da UPP Comercialização PAA nas microbacias das regiões norte e noroeste do Estado do RJ. Nova Friburgo: PESAGRO/CEPH, 2009d. 6p.

MATTOS, C. Relatório da elaboração de projetos para o Programa de Aquisição de Alimentos – Doação simultânea. Niterói: PESAGRO: 2009. 20p. Projeto UPP Rural de comercialização no Programa Rio Rural GEF

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca Desenvolvimento do Interior. Programa Rio Rural. Plano executivo da microbacia. [S.l.: s.n.], 2008. Disponível em: <<http://www.softcomex.com.br>>. Acesso em: 24 fev. 2011.

VERSARI, D. Relatório da elaboração de projetos para o Programa de Aquisição de Alimentos – Doação simultânea. Niterói: PESAGRO: 2009. 34p. Projeto UPP Rural de comercialização no Programa Rio Rural GEF.

ANEXOS

Quadro 1. Geração de renda por comunidade atendida.

MUNICÍPIO	PROponentes*	Nº TOTAL DE FORNECEDORES**		VOLUME TOTAL (kg)	VALOR TOTAL (R\$)	PREÇO MÉDIO (R\$ / kg)	VALOR MÉDIO (R\$ / AF)
MACAÉ	COOPMAC	21	6 F	45.590	43.184,42	0,9472	2.056,40
			15 M				
SÃO JOSÉ DE UBÁ	APROVISAM	14	4 F	72.688	62.992,01	0,8666	4.499,43
			10 M				
VARRE-SAI	Associação Taquara Branca/Santa Cruz	21	4 F	53.221	65.423,52	1,2292	3.115,40
			17 M				
Subtotal	3	56	14 F	171.499	171.599,95	1,0005	3.064,28
			42 M				
CAMPOS	Associação Antônio Farias	10	3 F	9.650	8.735,00	0,9052	965,00
			7 M				
TOTAL	4	66	17 F	181.149	180.334,95	0,9955	2.732,34
			49 M				

Fonte: Fonseca (2009) baseada em Versari (2009) e Mattos (2009).

* Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Antônio de Farias; COOPMAC – Cooperativa Agropecuária dos Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais do Assentamento Prefeito Celso Daniel; APROVISAM – Associação dos Produtores Rurais da Vila Santa Maria e Valão Preto; Associação dos Pequenos Produtores e Moradores Rurais da Taquara Branca e Santa Cruz II. À exceção do Celso Daniel, todos os grupos de interesse estão no Programa Rio Rural com atividades implantadas por meio das práticas incentivadas, e/ou receberam treinamento pelo Programa Mais Alimentos: da transição agroecológica à agricultura orgânica; mercado institucional (PAA e Alimentação Escolar); seleção e classificação de hortícolas.

** F – Feminino; M – Masculino.

Quadro 2. Número de fornecedores e de beneficiários dos projetos PAA (2009-2010) região Norte e Noroeste cujos fornecedores são agricultores familiares apoiados pelo Programa Rio Rural.

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE FORNECEDORES	VOLUME (kg)	NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS	NÚMERO DE ITENS*	
MACAÉ	21	45.590	2	3 Frutas	
				5 RTB	
				5 HFRU	
SÃO JOSÉ DE UBÁ	14	72.688	3	2 Frutas	
				5 RTB	
				6 HFRU	
VARRE-SAI	21	53.221	7	3 Frutas	
				2 RTB	
				5 HFRU	
				3 Processados	
SUBTOTAL	56	171.499	12	39	36 in natura
					8 Frutas
					28 Legumes/Verduras
					3 Processados
CAMPOS	10	9.650	1	4 Frutas	
TOTAL	66	181.149	13 organizações (potencial de 57 mil pessoas atendidas)	43	40 in natura
					12 Frutas
					28 Legumes/Verduras
					3 Processados

Fonte: Fonseca (2009) baseado em dados de Versari (2009) e Mattos (2009).

* RTB – Hortaliças tipo raízes, tubérculos e bulbos; HFRU – Hortaliças tipo fruto.

Quadro 3. PAA – Alimentos ofertados, prazo de entrega e beneficiários.

MUNICÍPIO	ALIMENTOS OFERTADOS	VARIEDADE DE PRODUTOS	ENTREGA	PERÍODO DE RECEBIMENTO (Dias)	Nº DE CLIENTES	Nº DE PESSOAS ATENDIDAS	FAIXA ETÁRIA (anos)
MACAÉ	Banana, limão Tahiti, maracujá, abóbora, aipim, quiabo, batata doce, beterraba, cenoura, inhame, milho verde, feijão preto, feijão de corda.	3 Frutas	Quinzenal	30 – 360	2 **	328	7 a 14 15 a 23 24 a 65 Maior de 65
		5 RTB					
		5 HFRU					
SÃO JOSÉ DE UBÁ	Banana, melancia, abóbora, aipim, quiabo, batata doce, beterraba, cenoura, inhame, tomate, berinjela, pepino, pimentão, cebola.	2 Frutas	Quinzenal	10 – 20	3 ***	674	0 a 6 7 a 14
		5 RTB					
		6 HFRU					
VARRE-SAI	Banana d'água, goiaba, pêssego, abóbora, aipim, inhame, berinjela, repolho, vagem, feijão preto, doce goiaba, doce de fruta, farinha mandioca.	3 Frutas	Quinzenal e mensal	2 – 15	7 ****	1.831	0 a 6 7 a 14 15 a 23 24 a 65 Maior de 65
		2 RTB					
		5 HFR					
		3 Processados					
SUBTOTAL	39	8 Frutas			12	55.182	
		28 LV e grãos					
		3 Processados					
CAMPOS	Laranja (Lima, Seleta, Bahia), Tangerina Ponkan	4 Frutas	Semanal	60 – 100	1 *	54.180	0 a 6 7 a 14 15 a 23 24 a 65 Maior de 65
TOTAL	43 (40 in natura)	12 Frutas			13	57.103	
		28 LV					
		3 Processados					

Fonte: Fonseca (2009) baseada em dados de Versari (2009) e Mattos (2009).

* Banco SESC Rio de Alimentos.

** Liga Beneficente São João Batista e Catalunya em missão.

*** APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São José de Ubá; Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Vovó Laura Espíndola Ferreira; Associação de Pais e Mestres e Funcionários das Escolas Municipais reunidas.

**** Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Varre-Sai – APAE; Associação Lar e Obra Bom Samaritano; Centro Social Nossa Senhora das Graças e Santa Cecília; Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianey; Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida; Associação Hospitalar São Sebastião de Varre-Sai; Associação de Moradores do Parque Confiança.

Quadro 4. PAA-RJ 2009/2010 – Volume previsto de produtos in natura.

ALIMENTOS	CAMPOS (kg)	MACAÉ (kg)	SÃO JOSÉ DE UBÁ (kg)	VARRE-SAI (kg)
Aipim	-	5.400	11.363	14.650
Batata doce	-	2.850	2.820	-
Beterraba	-	3.336	1.556	-
Cebola	-	-	2.120	-
Cenoura	-	3.672	1.944	-
Inhame	-	610	1.458	3.509
Abóbora	-	2.800	16.963	5.700
Berinjela	-	-	1.041	3.700
Quiabo	-	5.642	1.006	-
Repolho	-	-	-	5.500
Milho verde	-	9.100	-	-
Pepino	-	-	11.743	-
Pimentão verde	-	-	7.970	-
Tomate Extra A	-	-	9.400	-
Vagem	-	-	-	1.400
Feijão preto	-	1.440	-	9.800
Feijão de corda	-	660	-	-
Banana	-	8.000	2.352	-
Banana d'água	-	-	-	5.852
Goiaba	-	-	-	1.610
Laranja Bahia	2.900	-	-	-
Laranja Lima	4.300	-	-	-
Laranja Seleta	1.650	-	-	-
Melancia	-	-	952	-
Limão	-	80	-	-
Maracujá	-	2.000	-	-
Pêssego	-	-	-	200
Tangerina	800	-	-	-
Doce de goiaba	-	-	-	400
Doce de fruta	-	-	-	400
Farinha de mandioca	-	-	-	500

Fonte: Fonseca (2009), baseada em dados de Versari (2009) e Mattos (2009).

Quadro 5. PAA – Preços médios a negociar com a CONAB (R\$/kg).

PRODUTO	MUNICÍPIO			
	CAMPOS (R\$/ kg)	MACAÉ (R\$/ kg)	SÃO JOSÉ DE UBÁ (R\$/ kg)	VARRE-SAI (R\$/ kg)
RTB (06)	-	5	6	2
Aipim	-	0,88	0,88	0,88
Batata doce	-	0,78	0,78	-
Beterraba	-	0,90	0,90	-
Cebola	-	-	0,66	-
Cenoura	-	0,72	0,72	-
Inhame	-	0,96	0,96	0,96
HFR (11)	-	5	6	5
Abóbora	-	0,89	0,89	0,89
Berinjela	-	-	0,96	0,96
Milho verde	-	0,49	-	-
Repolho verde	-	-	-	0,90
Quiabo	-	1,49	1,49	-
Pepino	-	-	0,66	-
Pimentão verde	-	-	0,69	-
Tomate	-	-	1,25	-
Vagem	-	-	-	1,48
Feijão Preto	-	1,36	-	1,83
Feijão Macacar	-	3,00	-	-
FRUTAS (11)	4	3	2	3
Banana	-	0,95	0,85	-
Banana d'água	-	-	-	0,89
Goiaba vermelha	-	-	-	1,76
Laranja Lima	0,95	-	-	-
Laranja seleta	1,10	-	-	-
Laranja Bahia	1,00	-	-	-
Limão Taiti	-	1,27	-	-
Maracujá	-	1,89	-	-
Melancia	-	-	0,63	-
Pêssego	-	-	-	4,00
Tangerina Ponkan	0,77	-	-	-
SUBTOTAL (28)	4	13	14	10
PROCESSADO (3)	-	-	-	3
Farinha de mandioca	-	-	-	0,68
Doce de goiaba	-	-	-	8,00
Doce	-	-	-	8,00
TOTAL (31)	4	13	14	13

Fonte: Fonseca (2009), baseada em dados de Versari (2009) e Fonseca (2009).